

## Concais S/A

CNPJ/MF nº 02.092.233/0001-97

### Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, A Administração da Concais S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, elaboradas a Presidência, a Diretoria e a Administração da Concais S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles

que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Concais no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS). São Paulo, 12 de março de 2024.

A Diretoria

### Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022	Saldo em 31 de dezembro de 2021	2023	2022	Total
<b>Circulante</b>		<b>82.343</b>	<b>38.480</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.728	21.015	19	185.372	61.772	4.520	904	904	6.780
Contas a receber de clientes	5	23.913	16.965	20	(42.323)	(18.167)	-	-	-	22.684
Tributos a recuperar	6	1.206	410				16	-	-	(6.805)
Outros créditos	7	236	12				16	-	-	(15.879)
Despesas antecipadas	8	260	18				-	-	-	100.654
<b>Não circulante</b>		<b>80.563</b>	<b>40.963</b>							30.196
Partes relacionadas	9	45.142	13.973				-	-	-	(70.458)
Depósitos judiciais	17	555	697				4.520	904	904	451
Imobilizável	10	2.715	3.641				-	-	-	6.962
Intangível	11	32.151	22.653				-	-	-	(796)
<b>Total do ativo</b>		<b>162.906</b>	<b>79.442</b>							(224)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>162.906</b>	<b>79.442</b>							29
<b>Circulante</b>		<b>96.911</b>	<b>46.261</b>							(181)
Empréstimos e financiamentos	12	4.668	4.807				-	-	-	141
Fornecedores	13	3.536	2.362				-	-	-	1.174
Obrigações trabalhistas	14	757	510				-	-	-	22.550
Obrigações tributárias	14	3.493	11.097				-	-	-	(730)
Dividendos a pagar	18.4	76.947	20.247				-	-	-	(467)
Outras contas a pagar	15	422	1.152				-	-	-	1.401
Compromisso com poder concedente	16	7.088	6.084				-	-	-	(7.454)
<b>Não circulante</b>		<b>59.215</b>	<b>26.401</b>							126.934
Empréstimos e financiamentos	12	3.375	7.876				-	-	-	(2.076)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	17	40.013	1.192				-	-	-	1.477
Obrigações tributárias	14	1.276	1.879				-	-	-	30.394
Compromisso com poder concedente	16	14.551	14.453				-	-	-	13
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>6.780</b>	<b>6.780</b>							1.568
Capital social	18.1	4.520	4.520				-	-	-	(669)
Reserva legal e de lucros	18.2	2.260	2.260				-	-	-	1.020
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>162.906</b>	<b>79.442</b>							2.076

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

**1. Contexto operacional** – A Concais S.A. ("Concais" ou "Companhia") foi constituída em 04 de agosto de 1997, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,03 metros quadrados da Autoridade Portuária de Santos – APS (antiga CODESP), situada em Outerinhos na margem direita do Porto de Santos, e objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus aditivos celebrados entre a APS e a Companhia. Tem sua Sede e Foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 83, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filial na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Cândido Gaffrê, s/nº 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. O prazo inicial de arrendamento era de 20 anos e renovável, uma única vez, por igual período de tempo, conferido o direito de operar o terminal, contados a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento, com vigência até maio de 2018. Em 1º de setembro de 2017, foi emitida a Resolução nº 5636/2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), através da qual foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA); reconhecida a possibilidade de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento pelo prazo de 20 anos; e avaliação pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA das características do projeto e sua correspondente aprovação, cuja vigência será até maio de 2038. Em 16 de julho de 2018, a Companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, passando a nova vigência do contrato de arrendamento a se encerrar-se em 10 de maio de 2038. Em 02 de setembro de 2021, a Companhia assinou o oitavo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, alterando o índice de correção contratual de IGP-M para IPCA. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis** – **2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 12 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação durante as operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas políticas. **2.6. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **3. Sumário das principais políticas contábeis** – **a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios essenciais para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de**

ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Instrumentos financeiros: Ativo financeiro** – **Classificação:** O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é classificado como mensurado a: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfizesse os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As comprás e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de prática de mercado, privadamente informados de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, com inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivo financeiro:** **Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos ao valor justo, e incluem contas a pagar, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alteração na norma IFRS 17/CP 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais. **Alteração na norma IAS 1/CP 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis menos informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **Alteração na norma IAS 12/CP 32 Tributos sobre o Lucro:** **i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis jurídicas. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia. **ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:** Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development – OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para o objetivo mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objeto do quadro é reduzir a transferência de

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

referente pagamento a maior de 2021, os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações. Exceto saldo negativo de 2023 que será solicitado após a entrega da ECF do período. (1) Saldo de INSS sobre faturamento referente aos períodos 12/2022, 03/2023 e 12/2023. Os créditos de 12/2022 e 03/2023 estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações. (2) Saldo PIS e Cofins sobre faturamento referente ao período de 04/2022 que antecedeu a inclusão do benefício fiscal (PERSE).

Table with 3 columns: Descrição, 2023, 2022. Includes items like Adiantamento Fornecedores, Assistência Médica, Vale Alimentação, Vale Refeição, Vale Transporte.

(1) Valores mantidos em contas patrimoniais, pois são despesas antecipadas e a efetiva utilização se dará na competência 01/2024; 8. Despesas antecipadas: Prêmios de Seguro, Outras Despesas (1).

(1) Saldo composto de aluguel pago antecipadamente para utilização durante a temporada, depósito caução do aluguel e mensalidade Associativa referente competência 01/2024. 9. Partes relacionadas - São reputadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

Contas Correntes: Prazo, 2023, 2022. Includes Aba Infra Estrutura, FCA Com. Ext. Log Ltda., Argemil, Adonal Química.

As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. Remuneração da Administração: Em 2023 e 2022, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é substancialmente composta por pró-labore.

10. Imobilizado: Período de depreciação, 2023, 2022. Includes Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Máquinas e equipamentos, Instalações.

10.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado: Custos - 2023, 2022. Includes Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Máquinas e equipamentos, Instalações.

10.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado: Depreciação - 2023, 2022. Includes Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Máquinas e equipamentos, Instalações.

11. Intangível: Período de depreciação, 2023, 2022. Includes Bens de Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.1. Movimentação do custo do ativo intangível: Custos - 2023, 2022. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.2. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2023, 2022. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.3. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.4. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.5. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.6. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.7. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.8. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

11.9. Movimentação da amortização do ativo intangível: Amortização - 2022, 2021. Includes Beneficiárias e instalações - Concessão, Máquinas e equipamentos - Concessão, Software, Computadores e periféricos - Concessão.

Concisos S/A

Table with 4 columns: Descrição, 2023, 2022. Includes 12. Empréstimos e financiamentos, 13. Fornecedores, 14. Obrigações tributárias e trabalhistas.

12. Empréstimos e financiamentos: Descrição, 2023, 2022. Includes Santander (1), Finame Stamac (2), Total, Circulante, Não circulante.

13. Fornecedores: Descrição, 2023, 2022. Includes Fornecedores nacionais, Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer.

14. Obrigações tributárias e trabalhistas: Descrição, 2023, 2022. Includes Autônomos, Provisão para férias e encargos, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

15. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Aluguéis, Seguros, Outras contas diversas, Adiantamento de clientes.

16. Compromisso com poder concedente: Descrição, 2023, 2022. Includes Contribuição Variável - SPA (antiga Codesp) (1), Contribuição - Arrendamento, Ajuste à valor presente.

17. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Aluguéis, Seguros, Outras contas diversas, Adiantamento de clientes.

18. Patrimônio líquido - 18.1. Capital social: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 2022, Adições/reversões, Saldo em 2023.

18.2. Reserva legal e estatutárias: Descrição, 2023, 2022. Includes Reserva Legal(a), Reserva Especial(b), Reserva Estatutária(c), Total.

18.3. Dividendos: Descrição, 2023, 2022. Includes Dividendos mínimos obrigatórios (30%), Dividendos adicionais propostos, Total de dividendos propostos.

18.4. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2021, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.5. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.6. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.7. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.8. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.9. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.2. Reserva legal e estatutárias

Reserva Legal(a), Reserva Especial(b), Reserva Estatutária(c), Total. Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2022.

18.3. Dividendos: Descrição, 2023, 2022. Includes Dividendos mínimos obrigatórios (30%), Dividendos adicionais propostos, Total de dividendos propostos.

18.4. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2021, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.5. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.6. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.7. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.8. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.9. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.10. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.11. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.12. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.13. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.14. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.15. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.16. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.17. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.18. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.19. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.20. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.21. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.22. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.23. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.24. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.25. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.26. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.27. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.28. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.29. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.30. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.31. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.32. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.33. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

18.34. Outras contas a pagar: Descrição, 2023, 2022. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2022, Liquidações realizadas, Dividendos propostos.

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



... continuação

Concais S/A

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e,

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a

não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com

os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2024.

**IBDO**

**BDO RCS**  
Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2SP 013.846/0-1

**André Silva Moura**  
Contador  
CRC 1SP 300.564/0-7

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Enops Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 69.183.143/0001-82

### Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.793.868	991.086	Fornecedores		1.263.136	1.064.600
Clientes	4	64.919.234	62.443.943	Empréstimos e financiamentos	11	14.189.302	23.729.862
Impostos a recuperar	5	3.207.866	528.544	Debêntures	12	9.093.137	7.022.867
Conta corrente com consorciadas	6	517.667	838.910	Obrigações trabalhistas e sociais	13	2.978.695	2.333.098
Outras contas a receber		1.776.700	630.087	Obrigações tributárias	14	810.163	3.843.016
		<b>76.215.335</b>	<b>65.432.570</b>	Outras contas a pagar		114.877	276.589
				Conta corrente com consorciadas	6	2.968.306	4.205.007
						<b>31.417.616</b>	<b>42.475.039</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	23.791.179	18.135.397
Clientes	4	18.705.648	31.253.268	Debêntures	12	6.768.080	7.719.805
Partes relacionadas	7	7.616.519	4.286.218	Obrigações tributárias Diferido	10	5.541.611	2.898.927
		<b>26.322.167</b>	<b>35.539.486</b>	Provisões para demandas judiciais	15	311.000	311.000
Investimentos	8	544.775	1.831.020			<b>36.411.870</b>	<b>29.065.129</b>
Imobilizado	9	4.568.326	5.943.018				
		<b>5.113.101</b>	<b>7.774.038</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>31.435.268</b>	<b>43.313.524</b>	Capital social	16	20.000.000	17.500.000
				Reserva legal	16	4.000.000	3.500.000
				Reserva de lucros	16	15.821.117	16.205.926
						<b>39.821.117</b>	<b>37.205.926</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>107.650.603</b>	<b>108.746.094</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>107.650.603</b>	<b>108.746.094</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Intermediárias – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de dezembro de 2021</b>	15.000.000	3.000.000	12.543.377	15.064.858	30.543.377
Lucro líquido do período	-	-	-	15.064.858	15.064.858
Aumento de Capital	2.500.000	-	(2.500.000)	-	-
Constituição de reserva	-	500.000	(500.000)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(8.402.309)	-	(8.402.309)
Destinação a reserva de lucro	-	-	15.064.858	(15.064.858)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	17.500.000	3.500.000	16.205.926	5.815.191	37.205.926
Lucro líquido do período	-	-	-	5.815.191	5.815.191
Aumento de Capital	2.500.000	-	(2.500.000)	-	-
Constituição de reserva	-	500.000	(500.000)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)
Destinação a reserva de lucro	-	-	5.815.191	(5.815.191)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	20.000.000	4.000.000	15.821.117	-	39.821.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

**1. Contexto operacional** – A Enops Engenharia S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima com Sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, incorporação, administração e execução de obras de infraestrutura e serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos, distribuição e transporte por caminho de água tratada (potável) para consumo humano e treinamentos na sua área de atuação. A Companhia atua no segmento de saneamento básico prestando serviços de engenharia e obras em redução e controle de perdas de água, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A atuação da Companhia no mercado de saneamento se dá por dois tipos de Modelos de Negócios: **• Serviços de engenharia e operação:** com objetivo de atuar na melhoria e eficiência operacional e comercial dos sistemas de água e esgoto para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento; **• Serviços operacionais:** com objetivo de serviços padronizados para operação e manutenção de água e esgoto para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento. Sendo em geral dois tipos de fontes de receitas para estes modelos de negócios, remuneração do objeto contratado pode ser por preço unitário (medição) ou por performance (metas), definido no momento do processo licitatório ou da contratação. A Companhia também opera através da participação em outras Empresas (SPE, Consórcios e SCP) a seguir relacionadas: **1.1. SPE avaliada pelo método de equivalência patrimonial:** **a) MPEN SPE 1 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em junho de 2015, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados “Tucumã – projeto nº 61963”, sito à Avenida Tucumã, Campeche, CEP 88066-139; “Jades – projeto nº 61968”, sito à Rua dos Jades, Campeche, CEP 88066-135 e “Sicupira – projeto nº 61969”, sito à Rua Sicupira, Campeche, CEP 88066-129, com participação de 50%. Fase do empreendimento entregue, no período de garantia da construção. **b) MPEN SPE 2 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados “Mondrian”, sito à Rua Felipe Schmidt Nº 34, CEP 88301-040 no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Itajaí, com participação de 50%. Fase do empreendimento negociando permuta do terreno. **c) MPEN SPE 3 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações (fase de estudos e registro do empreendimento) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 7 e 8 – Quadra 1 – da Matrícula “Mãe” Nº 139.862 – Alvará de Construção Nº 1223 – Sito à Rodovia Francisco Magno Vieira – Km 7 – Nº 4.400-SC 405 – Morro das Pedras – Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, Nº 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento fase de estudos e concepção. **d) MPEN SPE 4 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em março de 2021, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 197 e 05 – Quadra B – da Matrícula “Mãe” 106.749 e 106.751 – Sito à Rua Guabiju S/Nº – Campeche – Florianópolis-SC – Morro das Pedras – Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, Nº 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento concluído, com estoque em comercialização. **e) MPEN SPE 5 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações fase de estudos e registro do empreendimento) em abril de 2022, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes LOTE Nº 6 da QUADRA 7 Do loteamento denominado PORTAL DO RIBEIRÃO, aprovado pelo projeto nº 56.277, situado no Distrito de Ribeirão da Ilha, Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento fase de estudos e concepção. **f) Jacundá Ambiental SPE S/A:** iniciou as operações administrativas em 2019, com a assinatura do Contrato de Concessão para exploração do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Jacundá-PA, com participação de 1%. **1.2. Consórcios avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto** **a) Consórcio Águas de Tubarão:** iniciou as operações em janeiro de 2006, com a assinatura do Contrato Emergencial para operação do sistema de abastecimento de água do Município de Tubarão-SC, com participação de 33,34%, em 31 de dezembro de 2021 e 2022 o consórcio não está operacional. **1.3. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:** Na Prestação de Serviços de Engenharia, existem Consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada Consórcio e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: **a) Consórcio Performance Meta:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 01.795/18). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **b) Consórcio Performance Melhor Performance:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 02.174/18). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração

fixa. **c) Consórcio Performance Perdas Guarujá:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 01.590/18). Projeto/Contrato concluído, aguardando termo de aceite da conclusão. **d) Consórcio Performance Graju:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 02.421/18). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **e) Consórcio Verdarg:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 01.891/19). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **f) Consórcio Bel Pirajá:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Embasa (Nº 032/19). Projeto/Contrato em andamento. **g) Consórcio Bel Cabula:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Embasa (Nº 130/19). Projeto/Contrato em andamento. **h) Consórcio Performance Itaim Paulista:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 0391/19). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **i) Consórcio Performance Ermelino Matarazzo:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 407/19). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **j) Consórcio Otimização Leste:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 641/19). Projeto/Contrato concluído, aguardando termo de aceite da conclusão. **k) Consórcio EG Eficiência Centro:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 0559/20). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **l) Consórcio EG Eficiência Santo André:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 0634/20). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **m) Consórcio EnoLog:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Saneul (Nº 021/20). Projeto/Contrato concluído etapa de redução de perdas e na fase de remuneração fixa. Projeto/Contrato em andamento etapa da manutenção de redes e ramais. **n) Consórcio Verg:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 4103/20). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **o) Consórcio Performance BH:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Copasa (Nº 1120210039). Projeto/Contrato concluído e na fase de apuração da performance. **p) Consórcio DMC CE:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cagesp (Nº 0139/21). Projeto/Contrato em andamento. **q) Consórcio Performance Vila Formosa:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 02.578/21). Projeto/Contrato na fase de implantação do objeto contratual. **r) Consórcio Enoch:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cagesp (Nº 146/20). Projeto/Contrato em andamento. **s) Consórcio Renovi:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 02.489/21). Projeto/Contrato concluído, aguardando termo de aceite da conclusão. **t) Consórcio Despoluir:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Copasa (Nº 1120220119). Projeto/Contrato em andamento. **u) Consórcio Terra Preta:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 529/2022). Projeto/Contrato na fase de implantação do objeto contratual. **v) Consórcio Vidágua:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (Nº 262/2022). Projeto/Contrato na fase de implantação do objeto contratual. **w) Consórcio Campo Belo:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (Nº 2952/2022). Projeto/Contrato em andamento. **1.4. Investimento avaliado pelo método de custo:** **a) Jacundá Ambiental S.A.:** iniciou as operações em outubro de 2018, com objetivo de prestar os serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no município de Jacundá-PA, com participação de 1%, não possuindo influência significativa nas decisões dela. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis materiais – 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 28 de março de 2024. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nos Pronunciamentos, nas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação de ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado percentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas de orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **2.2. Práticas contábeis materiais adotadas:** As

referências apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enops Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2023, desconsiderando de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses

assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. BDO RCS Auditores Independentes S/ Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Continua...**

### Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	2023	2022
<b>Receita bruta</b>			
Prestação de serviços		127.992.984	123.109.828
Impostos sobre serviços		(15.379.023)	(10.804.163)
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<b>112.613.961</b>	<b>112.305.665</b>
(-) Custo dos produtos serviços prestados	18	(92.458.404)	(84.123.862)
<b>(=) Lucro bruto (Despesas)/receitas operacionais</b>		<b>20.155.557</b>	<b>28.181.803</b>
Gerais e administrativas		(1.789.092)	(1.129.913)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(13.720)	118.452
Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)	19	660.905	(185.410)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>19.013.650</b>	<b>26.984.932</b>
Resultado financeiro líquido	19	(10.148.753)	(6.525.528)
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>8.864.897</b>	<b>20.459.404</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	20	-	(6.174.102)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	20	(3.049.706)	779.556
<b>Lucro do exercício</b>		<b>5.815.191</b>	<b>15.064.858</b>
<b>Lucro básico por ação (em R\$ por ação)</b>	21	<b>0,29</b>	<b>0,86</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.815.191</b>	<b>15.064.858</b>
(+) Outros resultados abrangentes	-	-
<b>(=) Total do resultado abrangente do período</b>	<b>5.815.191</b>	<b>15.064.858</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>5.815.191</b>	<b>15.064.858</b>
Depreciação e amortização	566.576	85.735
Perda por redução ao valor recuperável de ativo intangível	-	320.836
baixa de Ativo imobilizado intangível	-	1.538.992
Resultado de equivalência patrimonial	(13.720)	(118.452)
Participação de minoritário no resultado de SCP	-	-
Provisão dos juros do exercício	3.407.100	5.888.131
Provisão dos juros do exercício debenture	120.000	1.388.178
Impostos Diferidos	2.504.560	-
Complemento de provisão para contingências	-	-
<b>Lucro do exercício ajustado</b>	<b>12.399.707</b>	<b>24.168.278</b>
<b>Aumento/(diminuição) dos ativos e passivos operacionais</b>	<b>10.072.329</b>	<b>(28.115.968)</b>
Clientes	-	83.984
Estoques	(2.679.322)	369.555
Impostos a recuperar	(2.647.914)	(276.456)
Outras contas a receber	321.243	493.640
Consórcios	198.536	520.059
Fornecedores	645.597	145.365
Obrigações trabalhistas e sociais	(3.032.853)	6.236.773
Obrigações tributárias	(161.712)	254.499
Contas a pagar	-	(3.674.748)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>15.115.611</b>	<b>204.981</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>1.286.245</b>	<b>798.367</b>
Redução de capital em investidas	(2.500.000)	-
Aumento Capital Social	-	(7.347.930)
Aquisições do imobilizado	1.374.692	1.327.412
Baixa de ativo imobilizado	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas/consolidado das atividades de investimentos</b>	<b>160.937</b>	<b>(5.222.151)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>8.248.567</b>	<b>4.505.000</b>
Captação Conta garantida	(2.500.000)	-
Aumento de Capital	21.623.756	4.765.500
Captação Financiamento	(30.408.534)	(19.867.634)
Pagamento de principal	(3.407.100)	(5.888.131)
Pagamento de juros no exercício	6.986.505	17.685.000
Debenture	(5.867.960)	(2.942.328)
Captações	(120.000)	(1.388.178)
Pagamento de juros do exercício	(3.200.000)	(8.402.309)
Lucros distribuídos	(1.829.000)	5.390.881
Partes relacionadas	(10.473.766)	(6.142.199)
<b>Caixa líquido consumido das atividades de financiamentos</b>	<b>4.802.782</b>	<b>(11.159.369)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.802.782</b>	<b>(11.159.369)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	991.086	12.150.455
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.793.868	991.086

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Não houve impacto com a adoção das novas normas. **a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23** – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32** – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06** – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. **e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: 1.** Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo “políticas contábeis significativas” por “informações materiais sobre políticas contábeis”. As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os exercícios de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. **2.2.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** **a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2)** – acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 – efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26** – esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante – efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26** – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório – efet

... continuação

Enops Engenharia S.A.

**Reconhecimento da Receita – estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão das obras ("POC"):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 02, a Companhia utiliza o método de Porcentagem de Conclusão da Obra ("POC") para contabilizar parte das receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativa dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **Resposta de auditoria ao assunto:** Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as estimativas utilizadas pela administração são consistentes com os dados e informações obtidas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável

pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demons-

trações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 SP 013.846/O-1  
**André Silva Moura**  
Contador CRC 1 SP 300.564/O-7



## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**Compuway Comercial e Serviços S.A.**

CNPJ/MF nº 54.969.134/0001-44

Balancos patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)				
Ativo	2023	2022	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Circulante</b>			<b>5.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>3.771.951</b>	-	<b>9.771.950</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.773.034	22.278	-	-	-	576.308	576.308
Clientes	14.073.704	8.985.189	-	-	576.308	(576.308)	-
Impostos a recuperar	723.110	567.797	-	-	-	(487.842)	(487.842)
Conta corrente com consórcios	71.086	174.259	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	44.280	45.393	-	-	-	7.738.582	7.738.582
	<b>16.685.214</b>	<b>9.794.916</b>					
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Clientes	10.464.215	8.414.458	-	400.000	-	-	-
			2.000.000	-	(2.000.000)	-	-
			-	-	-	(2.446.282)	(2.446.282)
<b>Total do ativo</b>	<b>27.149.429</b>	<b>18.209.374</b>	<b>7.000.000</b>	<b>1.400.000</b>	<b>7.728.401</b>	-	<b>15.152.717</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	2.478	2.973	-	-	-	-	-
Debêntures	4.349.698	3.526.729	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	69.716	50.512	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	88.225	43.482	-	-	-	-	-
Conta corrente com consórcios	234.122	21.654	-	-	-	-	-
	<b>4.744.939</b>	<b>3.645.348</b>					
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures	5.680.368	3.589.873	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	1.571.405	1.113.736	-	-	-	-	-
	<b>7.251.773</b>	<b>4.703.609</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	7.000.000	5.000.000	-	-	-	-	-
Reserva legal	1.400.000	1.000.000	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	6.752.717	3.860.417	-	-	-	-	-
	<b>15.152.717</b>	<b>9.860.417</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>27.149.429</b>	<b>18.209.374</b>					

  

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)		
	2023	2022		2023	2022
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>			<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.738.582</b>	<b>576.308</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	Itens que não afetam o caixa operacional	-	-
Destinação para reserva de lucro	-	-	Depreciação e amortização	-	1.327.412
Dividendos distribuídos	-	-	Provisão dos juros sobre debêntures	216.000	912.702
			Juros sobre contratos de mútuo	-	205.661
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>7.954.582</b>	<b>3.022.083</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	<b>Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais</b>		
Destinação para reserva de lucro	-	-	Clientes	(7.138.272)	1.424.782
Aumento reserva Legal	-	400.000	Impostos a recuperar	723.110	(88.176)
aumento Capital social	2.000.000	-	Outras contas a receber	1.113	(1.813)
Dividendos distribuídos	-	-	Fornecedores	(495)	(28.172)
			Obrigações trabalhistas e sociais	19.205	(1.229)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.000.000</b>	<b>1.400.000</b>	Obrigações tributárias	(503.122)	(86.910)
			Conta corrente com consórcios	109.295	(875.841)
			Imposto de renda e contribuição social	334.157	-
			<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(6.455.009)</b>	<b>342.641</b>
			<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
			Aquisições do intangível	-	(1.327.412)
			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(1.327.412)</b>
			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
			Captação através de emissão de debêntures	7.633.867	8.670.000
			Pagamento de principal	(4.720.402)	(1.553.399)
			Pagamento de juros no exercício	(216.000)	(912.702)
			Pagamento de partes relacionadas	-	(7.832.259)
			Lucros distribuídos	(2.446.282)	(487.842)
			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>251.183</b>	<b>(2.116.202)</b>
			<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.750.756</b>	<b>(78.890)</b>
			Caixa e equivalentes de caixa no início do período	22.278	101.168
			Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.773.034	22.278
			<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.750.756</b>	<b>(78.890)</b>

**1. Contexto operacional** – A Compuway Comercial e Serviços S/A (“Companhia”) é uma Sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, comércio e prestação de serviços de instalação, assistência técnica e manutenção de aparelhos, equipamentos e instrumentos de medida, teste e controle, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas customizáveis e não customizáveis, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos, serviços de engenharia, inclusive projetos, consultoria e gerenciamento, serviços de operação e manutenção de sistemas de saneamento, execução e administração de obras. A Companhia também opera através da participação em outras empresas (consórcios) a seguir relacionadas: **1.1. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:** Na prestação de serviços de engenharia, existem consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada consorciado e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: **a) Consórcio ENOP-S-COMPUWAY VRP SUL:** para execução do Contrato e Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 28.275/15); **b) Consórcio VD Vila do Encontro,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 14.330/16); **c) Consórcio Performance Meta,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 01.795/18); **d) Consórcio Performance Melhor Performance,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 02.174/18); **e) Consórcio Performance Itaim Paulista,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 03.971/19); **f) Consórcio Performance Ermelino Matarazzo,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 407/20); **g) Consórcio Otimização Leste,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 641/20); **h) Consórcio Performance Vila Formosa,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 02.578/21); **i) Consórcio Vidagua,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (nº 0262/22). **2. Apresentação das demonstrações contábeis práticas contábeis materiais – 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 28 de março de 2024. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nos Pronunciamentos, nas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação de ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado percentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas do orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período; (e) determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2. Práticas contábeis materiais adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **2.2.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa, tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.3. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**IBDO**  
**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
 CRC 2SP 013.846/O-1  
**André Silva Moura**  
 Contador CRC 1SP 300.564/O-7

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Mogiana Alimentos S.A.											
CNPJ 45.710.423/0001-33											
Relatório da Administração											
Aos Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Mogiana Alimentos S.A. apresenta-lhes as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estamos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Campinas, 03 de abril de 2024. <b>A Administração</b>											
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – (Em milhares de Reais)											
Balanços patrimoniais						Demonstrações do resultado abrangente					
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido			Lucro líquido (prejuízo) do exercício			Outros resultados abrangentes		
Ativo circulante			Passivo circulante			Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego			Total do resultado abrangente do exercício		
Ativo não circulante			Passivo não circulante			Depreciações e amortizações			Provisão para perda esperada de crédito do contas a receber		
Total do ativo			Total do passivo e do patrimônio líquido			Outros créditos			Depósitos judiciais		
Demonstrações do resultado para os exercícios			Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			Fornecedores – Partes relacionadas			Impostos a recuperar		
Receita operacional líquida			Imposto de renda e contribuição social corrente			Impostos e contribuições a pagar			Salários, férias e encargos		
Custo dos produtos e mercadorias vendidas			Imposto de renda e contribuição social diferido			Outras contas a pagar			Outras contas a pagar		
Lucro bruto			Lucro líquido (prejuízo) do exercício			Parcelamentos tributários			Parcelamentos tributários		
Despesas com vendas			Lucro básico por ação			Dividendos propostos			Parcelamentos tributários		
Despesas administrativas						Outras contas a pagar			Parcelamentos tributários		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas						Dividendos propostos			Parcelamentos tributários		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos						Outras contas a pagar			Parcelamentos tributários		
Resultado financeiro líquido						Outras contas a pagar			Parcelamentos tributários		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido											
Ajuste de avaliação patrimonial											
Reserva de Lucros											
Capital Social											
Reserva de Reavaliação											
Reserva de Retenção de Lucros											
Total do patrimônio líquido											
Total do passivo e do patrimônio líquido											
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Saldos em 31 de dezembro de 2022											
Saldos em 31 de dezembro de 2023											

VR Editora S/A											
CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80											
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)											
Balanço Patrimonial						Demonstração de Fluxo de Caixa					
Ativo			Passivo			Fluxo de Caixa Originários de Atividades Operacionais			2023		
Circulante			Circulante			Valores Recebidos de Clientes			35.183.788		
Ativo permanente			Passivo não circulante			Valores Recebidos a Títulos de Juros			36.166		
Total do ativo			Total do passivo e do patrimônio líquido			(-) Pagamentos a Fornecedores			15.509.994		
Demonstração do Resultado			Total do patrimônio líquido			(-) Pagamentos de Impostos			813.338		
Receita operacional bruta			Total do passivo			(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores			2.251.427		
Receita de Vendas			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			(-) Pagamentos de Juros			46.239		
Receita de Serviços			Saldo Inicial do período			Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades Operacionais			16.598.956		
Deduções da receita bruta			Reservas de Capital			Fluxo de Caixa Originários de Atividades de Investimentos			107.293		
ICMS/PI s/Vendas			Reserva de Lucros			Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades de Investimentos			(107.293)		
PIS/COFINS/ISS			Resultado Líquido do Exercício			Fluxo de Caixa Originários de Atividades de Financiamentos			1.512.635		
Vendas Canceladas			Proposta da Administração P/ Destinação do Lucro			(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos			1.512.635		
Receita Operacional Líquida			Dividendos e Lucros a Distribuir			(-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures			185.857		
Custo dos Produtos Vendidos			Dividendos e Lucros a Distribuir			Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades de Financiamentos			(1.698.492)		
Custo Editorial			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Aumento (Redução) nas Disponibilidades			14.793.170		
Lucro Bruto			Saldo Final do Período			Disponibilidades no Início do Período			1.157.045		
Despesas Operacionais			Notas Explicativas da Administração às Operações Contábeis			Disponibilidades no Final do Período			792.301		
Administrativas			1. Contexto Operacional – A VR Editora S/A, sociedade anonima de capital fechado, tem como objeto social a edição integrada a impressão de livros, nas disposições legais regulamentadas em vigor.			Variação da Disponibilidades			(364.744)		
Comerciais			2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis da VR Editora S/A foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei da Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. As demonstrações contábeis da VR Editora S/A			foram aprovadas pela Diretoria em 01/04/2024. 3. Principais Práticas Contábeis – a) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorreram, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. b) Fluxo de Caixa – I – Caixa equivalentes a caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em cotas de fundo de investimento. Os equivalentes a caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. c) Custo – Os estoques são demonstrados pelo custo médio dos bens adquiridos ou produzidos. d) Importações – Importações em trânsito são demonstradas pelo custo acumulado de cada importação. e) Demais informações – As demais informações de ativo e passivo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.					
Resultado Operacional Financeiro			A Diretoria								
Lucro (Prejuízo) Operacional			Tatiana Silva Correia – Contadora CRC 1SP 244.293/O-2								
Provisão para IRPJ e CSSL											
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício											

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

CNPJ 42.768.967/0001-68 - NIRE 35.3.0057559-8

Convocação

Nos termos do artigo 123, parágrafo único, "c", da Lei nº 6.404/76, diante da inércia do Conselho de Administração da Reserva Paulista Administradora de Parques S.A., CNPJ 42.768.967/0001-68, NIRE 35.3.0057559-8 ("Companhia"), após ter sido notificado, em 25 de março de 2024, para a realização de convocação de assembleia, as acionistas abaixo assinadas, representando 52% do capital social, convocam todas as acionistas da Companhia para a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser realizada, no dia 11 de abril de 2024, às 10h00, na sede da Companhia, na Avenida Miguel Estéfano, 4241, Vila Santo Estéfano, CEP 04301-002, São Paulo, SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Suspensão dos direitos políticos (direito de voto, inclusive o de indicação de membros da administração), econômicos (dividendos) e do Direito de Preferência (conforme conceituado no Acordo de Acionistas da Companhia), da Acionista Livepark Entretenimento e Participações Ltda. (CNPJ 38.731.473/0001-31), devido ao descumprimento das obrigações de aportes financeiros previstas no Acordo de Acionistas da Companhia; (b) Aumento do capital social da Companhia, mediante conversão dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) efetuados pelas Acionistas até esta data, na forma e para os fins do disposto no Acordo de Acionistas da Companhia; e (c) Novo aumento de capital social da Companhia, mediante a subscrição de Novas Ações, fixando-se prazo para a integralização, para que a Companhia possa dar continuidade na realização do seu objeto social, de forma a cumprir o Contrato de Concessão e o Plano de Negócios, nos moldes e na forma dos requisitos previstos na Cláusula Sexta do Acordo de Acionistas da Companhia. São Paulo, 3 de abril de 2024. Acionistas: Oceanic Atrativos Turísticos S.A.; Egypt Engenharia Ltda.; Turita Participações Ltda.; Geratec Participações Ltda.; Pavieng Terraplanagem e Pavimentação Ltda. (03/04/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824 - Companhia Aberta  
**Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2024**  
**Pet Center Comércio e Participações** ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81/2022") convocar os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **30/04/2024**, às **14:00** horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; (iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) aprovar o limite global anual da remuneração dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão"), na data base de 31/12/2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação Cão Cidadão"); (ii) aprovar o Laudo de Avaliação Cão Cidadão; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Cão Cidadão pela Companhia ("Protocolo e Justificação Cão Cidadão"); (iv) aprovar a incorporação da Cão Cidadão pela Companhia, com a consequente extinção da Cão Cidadão ("Incorporação Cão Cidadão"); (v) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação KPMG Auditores Independentes Ltda., para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Zee Dog S.A. ("Zee Dog"), na data base de 31/12/2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação Zee Dog"); (vi) aprovar o Laudo de Avaliação Zee Dog; (vii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Zee Dog pela Companhia ("Protocolo e Justificação Zee Dog"); (viii) aprovar a incorporação da Zee Dog pela Companhia, com a consequente extinção da Zee Dog ("Incorporação Zee Dog"); (ix) aprovar a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para que a abertura e encerramento de filiais, bem como a fixação e alteração dos seus endereços e do endereço da sede possa ser fixado por deliberação da Diretoria da Companhia; (x) aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir, no objeto social, as atividades de (a) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (b) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (c) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (d) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (e) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (f) design de produtos; e (g) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (xi) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir o capital social atual e a quantidade de ações em que se divide; (xii) aprovar a consolidação do Estatuto Social em razão das deliberações constantes nos itens (x) a (xi) acima, se aprovadas; e (xiii) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada, em 28/03/2024, pela Companhia. **Instruções Gerais:** Quórum de Instalação: As matérias constantes dos itens (ix) a (xiii) da ordem do dia em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sobre a proposta de alteração do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A. As demais matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A. Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, II, da Lei das S.A. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas. **Quórum de Deliberação:** Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação a Distância:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://assembleia.ten.com.br/379050395>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 28/04/2024, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a plataforma por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; (3) No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://assembleia.ten.com.br/379050395>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validação a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas o único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@petz.com.br](mailto:ri@petz.com.br), com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3434-7181 ou pelo e-mail [ri@petz.com.br](mailto:ri@petz.com.br). Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, §1º, da Resolução CVM 81/2022. **Acionistas Representados por Procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia, conforme procedimentos acima. **Voto Múltiplo** Para fins do art. 5º, I, da Resolução CVM 81/2022 e conforme art. 4º da Resolução CVM nº 70/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é 5%. **Bolletim de Voto a Distância** Nos termos da Resolução CVM 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itau Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do atual item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.petz.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm/](http://www.gov.br/cvm/)), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, por esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. São Paulo, SP, 28/03/2024. Claudio Roberto Ely, **Presidente do Conselho de Administração.** (04, 05 e 06/04/2024)

## Sodexo Pass do Brasil

### Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56 - NIRE 35.300.368.169  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/03/2024**  
**Data/Hora/Local:** 20/03/2024, 10hs, na sede social. **Convocação e Quorum:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **4. Mesa:** Presidente: **Bernarda Briceño Ramirez**; Secretário: **Thierry Noel Michel Guihard**. **Deliberações aprovadas:** (i) A alteração da razão social da Companhia para **Pluxee Benefícios Brasil S.A.** (ii) Nova redação do estatuto social: "A Companhia opera sob a denominação social de **Pluxee Benefícios Brasil S.A.** e rege-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, notadamente a Lei nº 6.404/76." (iii) Nova redação do Estatuto Social: "**Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto: a) a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; b) a prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam, a prestação dos seguintes serviços de pagamento: (i) execução ou facilitação de instrução de pagamento relacionada ou não às transações de pagamento para compra de bens, produtos e/ou serviços destinados (1) a refeições ou gêneros alimentícios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, lanchonetes, supermercados, armazém, açougue, padaria e similares, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes; (2) a aquisição de serviços e/ou produtos culturais e artísticos na rede de estabelecimentos comerciais específicos, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes e (3) a bens e/ou serviços em estabelecimentos fornecedores de bens e/ou prestadores de serviços, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes; (ii) gerenciamento de contas de pagamento de pessoas físicas ou jurídicas; (iii) gestão do uso de moeda eletrônica; (iv) emissão de instrumentos de pagamento; (v) credenciamento e a aceitação de instrumentos de pagamento e do uso de moeda eletrônica; (vi) conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa; (vii) execução de remessa e transferência de recursos para estabelecimentos credenciados; e (viii) captura e liquidação financeira das transações de pagamento capturadas pelos sistemas da Companhia ou de terceiros; c) a prestação de serviços de administração de sistemas e/ou contratos de convênio, de qualquer natureza, implementados por infraestrutura tecnologia intrínseca à utilização de instrumentos de pagamento; d) prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos em geral; e) desempenho de atividades pertinentes, intermediárias e correlatas às mencionadas nos itens precedentes, f) a prestação de serviços de campanha de incentivos; g) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Sociedade, e a administração de seus próprios bens de renda; h) a prestação por conta própria ou de terceiros de serviços de cobrança em geral; i) a representação comercial por conta própria ou de terceiros de sociedades nacionais ou estrangeiras; j) a prestação de serviços de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade; e k) o recebimento de pagamentos de qualquer natureza e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros. l) criação e o oferecimento de Programas destinados à promoção e monitoramento da saúde e ao aprimoramento da segurança alimentar e nutricional dos trabalhadores." (iv) Alterar o Endereço que passará a ser em São Paulo/SP. (v) Nova redação do Estatuto Social: "A Companhia tem sede e foro na São Paulo/SP, na Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 7.221, cjs. 801, 901 e 1201, Bloco A, 8º, 9º e 12º andar, Edifício Birmann 21, Pinheiros, CEP: 05425-902, podendo, mediante deliberação em Assembleia Geral de acionistas representando mais da metade do capital social, abrir filiais, escritórios e representações no País ou no exterior." (vi) Consignar a alteração da denominação social da acionista antes denominada Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda, que agora denomina-se Pluxee Pay Brasil Ltda.. (vii) Nova redação do Estatuto Social: "**Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 760.741.471,00 em moeda corrente do país, dividido em 764.880.354 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas: **Acionistas:** Sodexo Pass International; **Nº de Ações:** 467.206.393. **Acionistas:** Pluxee Pay Brasil Ltda.; **Nº de Ações:** 297.673.961. **Total:** 764.880.354. (viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 20/03/2024. JUCESP nº 130.543/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Ellan S/A

CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 - NIRE 35.300.436.784  
**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de fevereiro de 2024**  
**Data, Hora e Local:** Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro de 2024, às 15 horas, na sede social, situada na Rodovia SP 115/280, (Boituva/Iperó) Acesso José Sartorelli, Km 3,2 no Município de Boituva-SP.  
**Composição da Mesa:** Stefan Roberto Stegmann, Presidente; Marcelo Lopes Cardoso, Secretário. **Convocação:** O Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária foi publicado nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2024, na versão impressa e digital. **Ordem do Dia:** a) Examinar e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Financeiro do ano de 2.023, b) Examinar e votar a proposta de destinação do resultado, c) aprovar o balanço anual, d) distribuição de dividendos, e) eleição da diretoria. **Deliberações:** Apresentada a ordem do dia, foi efetuada a leitura do relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial publicado no dia 09 de fevereiro de 2024 no jornal Data Mercantil, página 07, nas versões digital e impresso. Em seguida a Assembleia discutiu, examinou e aprovou por unanimidade as contas do exercício financeiro de 2023 e as demonstrações financeiras. Aprovou também a valor constante no Balanço de 31 de dezembro de 2023 de R\$ 333.584,00 (trezentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), destinada ao pagamento de dividendos que corresponde a R\$ 0,5517 por ação, aos seus acionistas, inclusive aos acionistas do exterior, Srs Oliver Frank Gosemann e Kris Holla. Deliberou ainda, que o resultado líquido remanescente deverá ser contabilizado em conta de Reserva de Lucros a Realizar. Aprovou a reeleição do Sr. **José Roberto Cinto**, brasileiro, solteiro, portador do R.G 27.067.783-5 SSP/SP e do CPF 295.388.728-86 residente e domiciliado a Rua Guilherme Somsim Calegare, 37- Condomínio Flora Vile, Boituva-SP, CEP 18550-000, ocupando o cargo de **Diretor Comercial** e o Sr. **Stefan Roberto Stegmann**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG 9.376.809-6 SSP/SP e do CPF 050.348.618-36, residente e domiciliado a Alameda Dijon, 123, Condomínio Saint Claire, Centro, Boituva-SP, CEP 18550-000, ocupando o cargo de **Diretor Presidente**, para o biênio de 2024 e 2025, iniciando-se na presente data e terminando na data em que for realizada a Assembleia Geral Ordinária, que aprova as contas do exercício de 2023, ou seja até 30 de abril de 2026. Os Diretores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incurso na proibição de arquivamento prevista na Lei nº 8.934/94. Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data exercer os poderes e responsabilidades determinadas pelo Estatuto Social. Os termos de posse e a declaração de desimpedimento estão arquivados na sede da companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, procedendo à lavratura da presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos: Presidente da mesa, Stefan Roberto Stegmann; Secretário Marcelo Lopes Cardoso; Acionistas: Stefan Roberto Stegmann, Juraci Joel Nardini, José Roberto Cinto, Marcelo Lopes Cardoso. A presente Ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. Stefan Roberto Stegmann - Presidente-Acionista; Marcelo Lopes Cardoso - Secretário-Acionista. Juraci Joel Nardini - Acionista; Jose Roberto Cinto - Diretor Comercial-Acionista. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 120.078/24-7 em 14/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## E & L Gestão Empresarial S.A.

(em constituição)  
**(Ata de Assembleia de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 02 de janeiro de 2023)**  
**Data/Hora/Local:** Aos 02 (dois) dias de janeiro de 2022, às 10h00min, na Rua Ascensional, 284, Sala 33, Jardim Ampliação, São Paulo/SP, CEP: 05713-430, reuniram-se em primeira convocação os subscritores da totalidade das ações emitidas por **E & L Gestão Empresarial S.A. Mesa:** Por indicação dos presentes, foi escolhido o Sr. **Erick Pomin Selzein**, para presidir os trabalhos, que convidou o Sr. **Leonard Da Rosa**, para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iii) Fixação do capital social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** 1. Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **E & L Gestão Empresarial S.A.**, conforme Anexo I, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes; 2. De acordo com o Anexo II - Boletins de Subscrição, que fica fazendo parte integrante desta ata, o capital social da sociedade será de R\$ 100,00 (cem reais), divididos em 100 (cem) ações ordinárias nominativas, as quais foram subscritas, da mesma classe e sem valor nominal e foram totalmente integralizadas pelos subscritores, conforme se verificou através do comprovante de depósito bancário efetuado no Banco do Brasil, no valor de R\$ 100,00 (cem reais); Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais, estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **E & L Gestão Empresarial S.A**. A seguir, por unanimidade dos presentes, foram eleitos para ocuparem os cargos de Diretores da Sociedade: (i) **Erick Pomin Selzein**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº: 44.199.874 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 163.387.458-37, residente e domiciliado na Rua José de Oliveira Coelho, 585, Apto. 11, Vila Andrade, São Paulo/SP, CEP: 05727-240, na condição de Diretor Presidente; e (ii) **Leonard da Rosa**, brasileiro, solteiro, nascido em 14.10.1993, empresário, portador do documento de identidade RG nº 43.29243-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 440.599.598-20, com endereço comercial na Rua Ascensional, 284, Sala 33, Jardim Ampliação, São Paulo/SP, CEP: 05713-430, na condição de Diretor Vice-Presidente; Todos com mandato de 3 (três) anos, iniciando-se a posse na presente data conforme termo de posse - Anexo III, podendo ser reeleitos, nos termos do Estatuto Social da Sociedade. Ficou estabelecido que o valor dos honorários dos Diretores eleitos será fixado em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede da Sociedade. São Paulo/SP, 02 de janeiro de 2023. Mesa: **Erick Pomin Selzein** - (Presidente); **Leonard da Rosa** - (Secretário). Subscritores: **E318 Empreendimentos e Participações S/A** Representante: **Erick Pomin Selzein**; **Leonard da Rosa**. **Visto do Advogado:** Gregório Ziroldo Ferreira - OAB/SP nº 471.590. Juceesp nº 00.000/23-0 em ??/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF 61.157.723/0001-93 - NIRE 35300041330  
**Edital de Convocação**  
Ficam convocados os senhores acionistas da **Moinho Água Branca S.A** para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 15 de abril de 2024, às 12:00 (doze) horas, na sede social, localizada na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 833, sala A, nesta Capital do Estado de São Paulo, a fim de tratarem da seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, se houver, e, (iii) fixar a remuneração dos Diretores para o período compreendido entre o dia 16.04.2024 e a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025. São Paulo, 27 de março de 2024. **Ivan Soldan Salema** - Diretor. (03, 04 e 05/04/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

